

APROVO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICAÇÃO DE
ANÚNCIO NO JOUE PARA AQUISIÇÃO DE IMAGENS DE DOCUMENTOS DAS
COLEÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL**

CLPQ P 1/2025

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

1. Objeto

Tem por objeto a apresentação de proposta para celebração de contrato de aquisição de imagens digitalizadas de documentos das coleções da Biblioteca Nacional de Portugal ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aprovado em 2003 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante CCP).

2. Entidade adjudicante

Biblioteca Nacional de Portugal
Contribuinte: 501516980
Contactos: 217 98 20 00
Morada: Campo Grande, 83, 1749-081 Lisboa
Correio eletrónico: concursos@bnportugal.gov.pt
Sítio: www.bnportugal.gov.pt
Portal de compras públicas:
<https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Diretor-Geral da BNP.

4. Procedimento de contratação

O procedimento pré-contratual reveste a forma de concurso limitado por prévia qualificação com publicitação internacional em Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP e integra as seguintes fases:

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

5. Fundamento da escolha do procedimento

O procedimento pré-contratual reveste a forma de Concurso Limitado, com publicitação internacional em Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, e em conformidade com os regimes definidos nos artigos 162.º e seguintes do mesmo diploma, porquanto o valor do contrato a celebrar se insere nos mencionados preceitos legais.

6. Peças do procedimento

1. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, as peças do procedimento são os anúncios em Diário da República e no Jornal Oficial da

União Europeia, o presente programa de procedimento e o caderno de encargos e respetivos anexos.

2. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas através da Plataforma de Compras Públicas AcinGOV no endereço <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>, a partir da data de publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, em cumprimento do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
3. Adicionalmente as peças do procedimento ficarão disponíveis para consulta na Divisão de Administração Geral da Biblioteca Nacional de Portugal desde o dia da publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do artigo 131.º do CCP, até ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas.
4. Para efeitos do número anterior, a consulta presencial das peças do procedimento apenas poderá ser realizada no horário compreendido entre as 09h30 e as 12h00m e entre as 14h30m e as 17h30m.

CAPÍTULO II

FASE DE CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO

7. Modo e Prazo para apresentação das candidaturas

1. As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma AcinGOV até às 23 horas e 59 minutos do 30.º dia após envio do anúncio para publicação no JOUE.
2. Os candidatos devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as candidaturas que tenham sido assinadas e recebidas no prazo estabelecido acima.
3. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, podendo apresentar nova candidatura dentro daquele prazo.
4. O prazo de apresentação das candidaturas pode, a pedido da entidade concorrente e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogado por prazo considerado necessário, nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.
5. Em caso de indisponibilidade da plataforma de contratação pública deverá o concorrente solicitar a prorrogação do prazo de apresentação de propostas para o endereço concursos@bnpportugal.gov.pt, em conjunto com a devida justificação de indisponibilidade da plataforma obtida junto da AcinGOV.

8. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas ou propostas, consoante o caso, na plataforma de contratação pública.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados.
3. A apresentação da lista na qual se identifiquem expressa e inequivocamente os erros e as omissões das peças do procedimento detetados devem respeitar o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50.º do CCP.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve:
 - a) Prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) Pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma de contratação pública, ficando disponíveis para consulta na sede da BNP.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. O órgão competente para a decisão de contratar pode oficiosamente proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos dentro do prazo fixado no número 4 ou até ao final do prazo de apresentação de candidaturas ou propostas, consoante o caso, atendendo-se, neste último caso, ao disposto no artigo 64.º do CCP.

9. Modelo de qualificação

O modelo de qualificação é o modelo simples.

10. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri, ao abrigo da competência neste delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos previstos e permitidos pelo n.º 2 do art.º 69.º do CCP.

11. Qualificação dos Candidatos - Agrupamentos

1. Podem candidatar-se ao presente concurso pessoas singulares e coletivas, nacionais ou estrangeiras, e ainda agrupamentos de pessoas singulares e coletivas, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação, desde que reúnam os requisitos mínimos de capacidade financeira e técnica fixados no presente Programa.
2. Os membros de um agrupamento candidato não podem ser candidatos no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento candidato.
3. Todos os membros de um agrupamento candidato são solidariamente responsáveis, perante a BNP, pela manutenção da proposta que vier a ser formulada.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros de um agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de associação, sociedade unipessoal ou outra com objeto social que deverá consistir exclusivamente na atividade objeto do contrato.

12. Amostra das coleções patrimoniais da BNP

Durante o prazo fixado para a entrega de candidaturas a BNP disponibilizará aos interessados uma amostra representativa das características e estado de conservação das coleções patrimoniais da BNP, que poderão ser consultadas pelos

interessados nas instalações da BNP, mediante agendamento prévio solicitado através de mensagem na plataforma de contratação pública.

13. Critérios de Qualificação

1. Apenas serão qualificados os candidatos que obtenham uma pontuação de **12** ou superior na avaliação das candidaturas.
2. No caso de um candidato ser um agrupamento, a capacidade financeira e técnica de um dos membros do agrupamento aproveita aos restantes membros.

14. Documentos da Candidatura

1. A candidatura é constituída pelos documentos destinados à qualificação dos candidatos e pelo Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - “Sou um operador económico”;
 - Importar um DEUCP”;
 - “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma <http://snpc.espap.pt/> iv. Selecionar o país do concorrente; v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da candidatura.
 - No caso de agrupamentos concorrentes, deve ser apresentado um DEUCP distinto relativamente a cada um dos seus membros.
2. A declaração referida no número anterior deve ser assinada pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o ato, devendo ser enviado num ficheiro com a designação “Anexo_I_DEUCP_[designação_empresa]”.
3. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento candidato, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
4. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade financeira e técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

5. Para demonstrar a capacidade financeira, os candidatos deverão apresentar uma declaração assinada contendo a informação do montante global dos projetos / contratos realizados nos últimos 6 anos, **no âmbito da digitalização e processamento de imagens.**
6. Para demonstrar a sua capacidade técnica, os candidatos deverão realizar um teste de digitalização nas suas instalações, e processar pelo menos uma das amostras a disponibilizar pela BNP, e com observação direta pela BNP, sendo os resultados deste teste considerados para efeitos de avaliação na fase de qualificação. (cfr. Caderno de Encargos, pontos 2.2 a 2.4 da Parte III);
7. Não é permitido o processamento remoto durante a realização do teste.
8. O teste ocorrerá em dia e hora a agendar pela BNP, via plataforma, com conhecimento a todos os candidatos, após a data-limite de entrega das candidaturas, não sendo admissível aos candidatos recusar mais do que 2 agendamentos propostos pela BNP, sob pena de não avaliação no fator 1 – Adequação aos requisitos técnicos.
9. Os concorrentes podem apresentar documentação adicional que entendam conveniente à comprovação da sua capacidade técnica.
10. Os documentos destinados à qualificação dos candidatos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
11. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos destinados à qualificação dos candidatos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

15. Esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação dos candidatos

1. O Júri do procedimento pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação que considere necessários para efeitos da análise das candidaturas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem ou não visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

16. Análise das Candidaturas

O Júri procederá à análise das candidaturas com base nos documentos entregues pelos candidatos e nos testes realizados pelos mesmos, nos termos dispostos no ponto 14, n.º 6 a 8, do presente Programa do Procedimento, por forma a determinar os candidatos que demonstram os requisitos mínimos de capacidade

financeira e de capacidade técnica concretamente adequada ao objeto do contrato a celebrar.

16.1 Fatores de avaliação

As candidaturas serão qualificadas de acordo com a seguinte fórmula de classificação final:

$$CF = 5\% AFI + 95\% ATE$$

Em que

CF – Classificação Final

AFI - Adequação da capacidade financeira

ATE – Adequação da capacidade técnica

16.2 Adequação da capacidade financeira

A avaliação da capacidade financeira de cada candidatura será expressa numa escala de 0-20, de acordo com os seguintes critérios:

| Valor global dos projetos / contratos realizados nos últimos 6 anos | Classificação |
|---------------------------------------------------------------------|---------------|
| Até 100.000 € | 12 |
| Mais de 100.000 € até 500.000 € | 14 |
| Mais de 500.000€ até 800.000 € | 16 |
| Mais de 800.000 € até 1.000.000€ | 18 |
| Mais de 1.000.000€ | 20 |

16.3 Adequação da capacidade técnica

A avaliação da capacidade técnica de cada candidatura será expressa numa escala de 0-20 e resultará da classificação obtida no fator "Adequação aos requisitos técnicos" (ART).

- **ART - Adequação aos requisitos técnicos** referidos no caderno de encargos, demonstrada na avaliação dos resultados dos testes referidos no Ponto 14. n.º 6 a 8, supra, com os seguintes subfactores:

| Fator | Subfactores |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Adequação aos requisitos técnicos (ART) (95%) | a) Tempo de digitalização e de processamento (TDP) |
| | b) Manuseamento dos originais (MO) |
| | c) Imagens de arquivo (IA) |
| | d) Imagens de consulta, incluindo OCR, nos PDF de impressos (IC) |
| | e) Nomeação dos ficheiros (NF) |
| | f) Organização dos diretórios (OD) |

Para a avaliação da Adequação aos Requisitos Técnicos (ART), utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{ART} = \frac{(\text{TDP} \times 10\%) + (\text{MO} \times 10\%) + (\text{IA} \times 10\%) + (\text{IC} \times 10\%) + (\text{NF} \times 40\%) + (\text{OD} \times 20\%)}{100}$$

- Para a avaliação do subfactor **a) TDP** considera-se o tempo despendido na digitalização e processamento de 40 imagens.
Para a avaliação do subfactor a) utiliza-se a seguinte escala, considerando como tempo de referência (TR) 15 minutos para a digitalização e processamento de 40 imagens:
0 = Não executou (não apresenta resultados que possam ser avaliados)
9 = Mais do dobro do TR (30 minutos ou mais)
14 = Até ao dobro do TR (entre 15 e 29 minutos)
18 = Menor ou igual ao TR (até 15 minutos)
- Para a avaliação dos **subfactores b) a g)** utiliza-se a seguinte escala:
0 = Não executou (não apresenta resultados que possam ser avaliados)
9 = Não cumpre (apresenta mais de 3 falhas em cada obra digitalizada)
14 = Cumpre com falhas (apresenta uma a duas falhas em cada obra digitalizada)
18 = Cumpre (sem falhas em cada uma das obras digitalizadas)

17. Relatório Preliminar da fase de qualificação

1. Após a análise das candidaturas e a aplicação às mesmas do critério de qualificação, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a qualificação dos candidatos que cumpram os requisitos exigidos de capacidade técnica com classificação final de 12 (doze) ou superior, conforme indicado em 13, supra.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão das candidaturas nos casos previstos no n.º 2 do art.º 184.º do CCP.
3. Do relatório preliminar da fase de qualificação deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos candidatos.

18. Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os candidatos, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

19. Relatório Final da fase de qualificação

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final devidamente fundamentado, no qual pondera as observações dos candidatos efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.

20. Notificação da decisão de Qualificação

1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação e notifica-a aos candidatos no prazo máximo de 44 (quarenta e quatro) dias após o termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas e será simultaneamente notificada a todos os candidatos juntamente com o relatório final da fase de qualificação.
2. O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final da fase de qualificação.
3. Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

CAPÍTULO III

FASE DAS PROPOSTAS

21. Convite

Com a notificação da decisão de qualificação, o Júri envia aos candidatos qualificados um convite à apresentação de propostas, nos termos do art.º 189.º do CCP.

22. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri, ao abrigo da competência neste delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos previstos e permitidos pelo n.º 2 do art.º 69.º do CCP.

23. Documentos que constituem a proposta

1. As propostas são constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) preenchido, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do CCP (Anexo I);
 - b) Cópia da Certidão Permanente atualizada e/ou procuração se aplicável, que permita identificar os poderes de representação da sociedade, inequivocamente expressos para o signatário que apõe a assinatura em todos os documentos da proposta;
 - c) Documento que contenha os atributos da proposta relativamente a preço e prazo de execução, para cada um dos lotes a que o concorrente se candidata, especificando:
 - c1) Preço global e o preço unitário por lote, indicado em algarismos, por extenso, com indicação dos impostos a que o preço esteja sujeito, em particular o IVA;
 - c2) Preço unitário, por imagem;
 - c3) Prazo de execução, dado em número máximo de dias úteis;
 - c4) Número de imagens a produzir por semana, incluindo todos os processamentos e requisitos constantes no Caderno de Encargos;
 - d) Listagem com identificação, número e características técnicas dos equipamentos de digitalização e software que serão utilizados no projeto;
 - e) Documento com descrição detalhada das metodologias e processos de trabalho;
 - f) Documento com a caracterização dos recursos humanos a afetar ao projeto, especificando:
 - f1) Número global de profissionais em simultâneo;
 - f2) Nível de habilitações mínimo dos profissionais;
 - f3) Número de profissionais a afetar à captura e processamento de imagens;

- f4) Número de profissionais a afetar ao controlo de qualidade;
 - f5) Número de profissionais a afetar às funções de gestão do projeto;
 - g) Outros documentos que o concorrente considere necessários à boa compreensão da proposta.
2. Os documentos que integram a proposta devem ser redigidos em português.
 3. A proposta e respetiva documentação deverá ser individualmente assinada pelo concorrente, ou representante(s) com poderes bastantes para vincular o concorrente, com recurso a certificado qualificado, o qual deverá ser adquirido atempadamente junto de entidade certificada para o efeito, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e da legislação em vigor.
 4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
 5. Quando sejam apresentados documentos contidos em ficheiros de compressão, nomeadamente em ficheiros do tipo “.zip” ou “.rar”, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos incluídos nesses ficheiros.
 6. Quando os preços constantes das propostas forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

24. Prazo e modo de apresentação de proposta

1. As propostas podem ser apresentadas até às 23h59m do 25.º dia a contar da data de envio do convite.
2. As propostas serão apresentadas na Plataforma de Compras Públicas AcinGOV no endereço <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>.
3. O prazo para apresentação de proposta pode, a pedido da entidade concorrente e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogado por prazo considerado necessário, nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.
4. Em caso de indisponibilidade da plataforma deverá o concorrente solicitar a prorrogação do prazo de apresentação de propostas para o endereço concursos@bnportugal.gov.pt, em conjunto com a devida justificação de indisponibilidade da plataforma obtida junto da AcinGOV.

25. Prazo de manutenção das propostas

É de 66 dias o prazo de obrigação de manutenção das propostas.

26. Negociação

Não há lugar a fase de negociação.

27. Apresentação de propostas variantes

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 59.º do CCP, não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.
2. As especificações técnicas constantes do caderno de encargos têm de ser obrigatoriamente satisfeitas e não são suscetíveis de negociação.

28. Critério de adjudicação da proposta

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação da Proposta} = \text{PE (70\%)} + \text{PR (30\%)}$$

Em que:

PE – Prazo de Execução

PR – Preço

➤ Prazo de execução (70%)

Para a classificação da Proposta quanto ao Prazo de Execução, utiliza-se a seguinte fórmula, considerando o prazo máximo definido para cada lote, em dias úteis:

| LOTES | Prazo máximo de execução (dias úteis) |
|--------|------------------------------------------|
| Lote 1 | 100 |
| Lote 2 | 40 |
| Lote 3 | 15 |
| Lote 4 | 10 |
| Lote 5 | 5 |
| Lote 6 | 35 |
| Lote 7 | 30 |

$$C = \frac{(\text{PRME} - \text{PRZP})}{\text{PRME}} * 100$$

Em que:

C - Classificação da proposta

PRME – Prazo máximo de execução

PRZP – Prazo da proposta

➤ **Preço (30%)**

Para a classificação da proposta quanto ao Preço (PR), utiliza-se a seguinte fórmula:

$$C = \frac{(PR_{base} - P_{Proposta})}{P_{base}} * 100$$

Em que:

C - Classificação da proposta

PRbase - Preço base

PRProposta - Preço proposto

29. Critério de desempate

1. Em caso de empate será adjudicada a proposta que obtiver melhor pontuação no fator "Prazo".
2. Caso o empate subsista será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados do qual será lavrada ata assinada por todos os presentes.

30. Motivos de exclusão da proposta

São excluídas todas as propostas que violem o n.º 2 do artigo 70.º bem como o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

31. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, apresentar:
 - a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente convite e do qual faz parte integrante;
 - b) Anexo III - Modelo para a aceitação da jurisdição de centro de arbitragem institucionalizado;
 - c) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária;
 - d) Certidão comprovativa da situação contributiva da Segurança Social;
 - e) Certificados dos registos criminais do adjudicatário, dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência;
 - f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
 - g) Declaração do beneficiário efetivo no âmbito do RCBE, estabelecida pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, alterada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto e regulamentada pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto, e pela Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho.
2. É de 5 (cinco) dias o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

3. Em caso de indisponibilidade da Plataforma, os documentos devem ser enviados para o correio eletrónico da entidade adjudicante indicado no Ponto 2, supra.

32. Caução

1. É exigida a prestação de caução de 5% do valor do contrato, nos termos dos art.ºs 88.º e 89º do CCP.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário será de 10% do preço contratual, conforme o n.º 2 do artigo 89.º do CCP.
3. A caução é prestada através de depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do art.º 90.º do CCP e em conformidade com os modelos anexos ao presente Programa de Procedimento.
4. Caso o adjudicatário pretenda prestar a caução mediante garantia bancária, entende-se que a garantia é autónoma e de pagamento à primeira solicitação.
5. O depósito em dinheiro ou de títulos efetuar-se-á em Portugal numa Instituição de Crédito, mediante guia preenchida pelo próprio adjudicatário em conformidade com o Modelo de Guia de Depósito Bancário em anexo ao presente programa.
6. A BNP pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo adjudicatário.
7. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
8. A liberação de caução será efetuada nos termos do disposto no nº 4 do artigo 295º do CCP.
9. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.
10. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em segundo lugar.

33. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no convite aplica-se o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

34. Arbitragem

A BNP aceita a jurisdição do Centro de Arbitragem institucionalizado para o Ministério da Cultura nos termos da Portaria nº 1 149/2010, de 4 de novembro, para a resolução de qualquer litígio respeitante ao presente procedimento pré-contratual, seguindo-se os respetivos regulamentos, designadamente quanto ao respetivo modo de constituição e regime processual.

ANEXO I

Instruções para preenchimento do DEUCP

(a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP)

1. O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), de formato eletrónico, acessível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, é disponibilizado em anexo às peças do procedimento, pré-preenchido pela entidade adjudicante, sendo que para completar o seu preenchimento, devem os concorrentes selecionar as seguintes opções:

- a) "Sou um operador económico";
- b) "Importar um DEUCP";
- c) "Carregar documento" - selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma em formato XML;
- d) Selecionar o país do concorrente;
- e) Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- f) No final, clicar em "Exportar", guardar o ficheiro "espdresponse.xml", imprimir o documento em formato PDF e guardar com a designação "AnexoI_[designação_concorrente].pdf", devendo o mesmo ser assinado e apresentado junto com os documentos da proposta.

2. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.

ANEXO II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1-... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referencia ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2- O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sitio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(5) Nos termos do disposto nos números 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III

**Modelo para a aceitação da jurisdição de centro
de arbitragem institucionalizado
(a que se refere a alínea a) do nº 2 do artigo 476.º do CCP)**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara que aceita submeter a resolução de qualquer litígio respeitante ao contrato a celebrar ou a aspetos respeitantes ao procedimento de formação ao Centro de Arbitragem Institucionalizado para o Ministério da Cultura nos termos da Portaria nº 1 149/2010, de 4 de Novembro, incluindo os aspetos que resultem do procedimento pré-contratual que lhe deu origem, nos termos dos respetivos regulamentos.

... (local),... (data),... (assinatura).

ANEXO IV

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Vai _____ (nome ou firma adjudicatária), com sede em
_____ (morada ou sede), depositar na
_____ (sede, filial, agência ou delegação)
do Banco _____ a quantia de
_____ (por algarismos e por extenso), em dinheiro/títulos
_____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida no
concurso público de digitalização de imagens de documentos da Biblioteca Nacional de
Portugal, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
Este depósito, sem reservas, fica à ordem _____ (entidade adjudicante),
ao qual deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais))

ANEXO V
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

O Banco _____, com sede em _____, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de _____, presta a favor da Biblioteca Nacional de Portugal garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de _____, correspondente a 5%, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ele a Biblioteca Nacional de Portugal vai outorgar e que tem por objeto a digitalização de imagens de documentos, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O Banco obrigasse a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Biblioteca Nacional de Portugal, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

(Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais))

ANEXO VI

MODELO DE SEGURO DE CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A Companhia de Seguros _____ com sede em _____ pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ com o capital social de _____ € (euros), presta a favor da Biblioteca Nacional de Portugal, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de _____ € (euros), correspondente a caução de 5% do preço contratual prevista no Programa do Procedimento destinada a garantir a exato e pontual cumprimento das obrigações que _____ (empresa adjudicatária) com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social de _____, assumirá no contrato com a Biblioteca Nacional de Portugal, vai outorgar e que tem por objeto a digitalização de imagens de documentos, regulada nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos, na sua mais recente versão).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes a primeira solicitação à Biblioteca Nacional de Portugal, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Biblioteca Nacional de Portugal, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador de seguro.

A presente garantia, a primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outra.

(Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais))